

A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA NO BRASIL¹

Anderson Deo²

I. A entificação/objetivação do capitalismo na processualidade histórica brasileira: o caminho “prussiano-colonial”³

O Brasil “surge” para o mundo ocidental no último ano do século XV, quando os portugueses anunciam a ocupação e a posse do território. Durante as três primeiras décadas do século seguinte, a colonização se restringiu ao reconhecimento da costa e ao estabelecimento de algumas feitorias ao longo do litoral brasileiro; estas foram criadas para armazenar o Pau-brasil e os produtos nativos - os chamados produtos tropicais - que eram extraídos pelos índios em troca das mais variadas quinquilharias.

A partir do terceiro decênio do século XVI surge a real necessidade de ocupar as terras brasileiras, decorrência da ameaça de “invasão” do território por outros povos, tais como franceses e ingleses, e da crise econômica que a coroa portuguesa passa a enfrentar devido à progressiva perda do monopólio comercial com o oriente – *Índias Orientais*. A questão que se coloca é a da forma de ocupação. Como ocupar de maneira economicamente rentável um litoral tão extenso? Para todos os efeitos o interior do território ainda não era conhecido.

A saída encontrada para tal problema se encontrava no modelo de ocupação implantado em outras colônias portuguesas (Madeira e Cabo Verde). Dividiu-se a costa brasileira em “doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 60 léguas”. Esses setores - chamados capitânicas - foram doados a titulares que “gozarão de grandes regalias e poderes soberanos”, os donatários.

A produção agrícola se pautou na exploração monocultora da cana-de-açúcar, cultivada em grandes plantações, os latifúndios. Além do clima e do solo favorecerem esse tipo de gênero agrícola, outro fator era preponderante: a grande rentabilidade que se exigia da produção colonial (PRADO JR., 1994, p. 31/37).

Para completar tal quadro de colonização, a mão-de-obra indígena foi, gradativamente, sendo substituída pela mão-de-obra do negro africano. Os índios passam a se tornar arredios à divisão do trabalho sistematizado, imposto pelo colonizador branco. Mesmo com sua “natureza

¹ O presente trabalho, hora apresentado no formato de resumo expandido, constitui parte de nossa pesquisa em nível de pós-graduação/doutorado.

² Aluno regular do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UNESP-Marília – São Paulo/Doutorando-CAPES. deoanderson@hotmail.com.

³ Utilizamos aqui o conceito “prussiano-colonial” elaborado e desenvolvido por Antonio Carlos Mazzeo, que busca caracterizar a forma específica (particular) do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, diferindo-a da forma prussiana original – como Alemanha e Rússia – mas também distinguindo-a das formas colônias em geral.

nômade”, conseguiram se adaptar a extração esporádica do pau-brasil; no entanto, não suportaram a “disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura” (Idem, p. 35). A postura do colonizador diante da resistência foi a escravização do indígena, que de fato aconteceu em algumas regiões até o final do período colonial, porém, não sem uma forte resistência dos nativos. Diante dessa dificuldade de obtenção da mão-de-obra internamente, buscou-se a saída na escravização de populações de estrangeiros, no caso, o negro africano (Ibidem, p. 37).

Estavam criados então, os pilares da ocupação e da colonização do território brasileiro: uma ocupação baseada na exploração monocultora dos latifúndios, que utiliza a mão-de-obra escrava (seja ela indígena, seja ela negra) na produção de gêneros agrícolas de alta rentabilidade - inicialmente a cana-de-açúcar - que, invariavelmente, eram destinados aos grandes centros econômicos do período, o mercado europeu⁴.

No que diz respeito à organização política do território, esta ficará sob a responsabilidade dos donatários. Esses recebiam a posse das capitanias através de documentos (Cartas de Doação) que lhes davam o direito de distribuir e legislar seus respectivos territórios (Foral). Importante salientar que essa classe de proprietários que se estrutura na colônia assume, desde a origem, feições capitalistas, haja vista que toda a produção colonial estava inserida no contexto de exploração comercial, cujo centro propulsor era a economia europeia. Desde sua gênese, portanto, se constitui como uma burguesia agrária ligada diretamente à atividade mercantil mundial.

Essa breve descrição do período inicial da colonização do território brasileiro já nos dá algumas indicações da forma pela qual o Brasil se insere no contexto da divisão internacional do trabalho do século XVI, qual seja, a de apêndice produtor integrado de forma subordinada aos grandes centros da economia mundial, com a função exclusiva de fornecedor de gêneros tropicais e agrícolas de alto valor comercial.

É importante observar que, nessa fase do desenvolvimento do Capital, a forma universal capitalista ainda não se manifesta hegemonicamente, porém já começa a subordinar as antigas formas de produção – agricultura, manufatura, mão de obra e comércio – lhes imprimindo, progressivamente, um novo caráter. Mas o que isso significa propriamente?

Esse é o momento de desagregação de uma forma sociometabólica específica, o modo de produção feudal. É da crise desse sistema, e das contradições que essa engendra, que irão ser criadas as bases econômicas e sociais de uma nova particularidade – o capitalismo industrial. Essa fase corresponde ao momento da acumulação originária de capitais, que serviria,

⁴ Vale acrescentar que os recursos financeiros para tais investimentos agrícolas nessa primeira fase, eram vultuosos, e foram levantados principalmente em Portugal e na Holanda (principalmente banqueiros judeus). Ibidem, p. 32.

posteriormente, como arrimo econômico da burguesia para suas investidas revolucionárias, e correspondente tomada do poder político, nos países de “via clássica”.

Todas as formas produtivas nesse período não se constituem como formas capitalistas. Porém, o processo de valorização das mercadorias (inclusive da mercadoria força-de-trabalho) converte-se em instrumento do próprio processo de valorização e auto-valorização do capital, ou como nos aponta Karl Marx: “O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de auto valorização do capital – da fabricação da mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio”(MARX, 1978, p. 51). Essa é uma característica essencial dessa fase de desenvolvimento do Capital, a qual Marx vai denominar *subsunção formal do trabalho ao capital*.

Nessa processualidade todas as formas produtivas pré-existentes e não específicas ao capitalismo, são subsumidas (ou subordinadas) ao Capital. A partir de então a força de trabalho é separada, progressivamente, de seus meios de trabalho; o antigo camponês passa a ser desvinculado da terra e de suas ferramentas, o artesão passa a possuir apenas sua mão-de-obra para, “livremente”, vende-la à burguesia, esta agora proprietária privada dos meios de produção e circulação – terras, oficinas artesanais, comércio, etc – numa clara oposição entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam – de forma privada – do produto do trabalho alheio⁵.

É nesse contexto que se insere o processo de colonização do Brasil. Toda a estruturação da empresa colonial aqui instalada só pode ser entendida se levarmos em conta os “mecanismos” dessa fase de *subsunção formal do trabalho ao capital*. Só assim podemos entender o porque da divisão do território em grandes propriedades de terras; o porque da utilização da mão-de-obra escrava (reativando uma antiga forma de força-de-trabalho). O trabalho escravo, nesse contexto, é força de trabalho que “valoriza e auto valoriza” o processo de produção do próprio capital.

Isso ocorre devido à necessidade que o próprio processo de produção do capital possui de se assentar em formas de trabalho preexistentes – sejam elas quais forem. Ou seja, o Capital como uma nova forma sociometabólica, inserida num determinado processo particular de constituição histórica, se assenta e se sustenta em formas econômicas e sociais já existentes, ou até mesmo “reinventa” formas extintas, que não são as formas particulares do capitalismo. O

⁵ “Quando o camponês, antes independente e que produzia para si mesmo, se torna diarista e trabalha para um agricultor; quando a estrutura hierárquica característica do modo de produção corporativo desaparece ante a simples oposição de um capitalista que faz trabalhar para si os artesãos convertidos em assalariados; quando o escravista de outrora emprega seus ex-escravos como assalariados etc, temos então que processos de produção determinados socialmente de outro modo se transformaram no processo de produção do capital” (Ibidem, p. 51).

novo elemento que se coloca agora é o fato de essas formas *antigas* estarem a “serviço” e subsumidas ao processo de valorização do capital (Idem, p. 54).

Compreendemos, portanto, como o Capital, no seu processo de constituição, engendra-se a partir de formas preexistentes de produção e, no seu ciclo de auto valorização, subordina essas formas anteriores ao seu próprio processo. A esse respeito Mazzeo afirma que: “O caráter universal da produção de amoldar-se as diversas situações concretas é ressaltado por Marx, quando afirma que a produção não é somente particular. Ao contrário, é sempre um organismo social determinado, um sujeito social que atua em um conjunto mais ou menos grande, mais ou menos pobre de ramos de produção, quer dizer, a produção socialmente dada articula-se com formas particulares socialmente dadas de produção. A produção capitalista, ao reproduzir sua própria existência de forma contínua, desintegra, reintegra ou cria novas realidades (particularidades) para se auto-repor”(MAZZEO, 1989, p. 72).

A economia brasileira se estrutura, portanto, inserida nesse processo de *subsunção formal do trabalho ao capital*⁶. Nunca é demais lembrar que, a posição que o país ocupa no interior da divisão internacional do trabalho no período da acumulação originária de capitais é a de economia subordinada e atuando como apêndice complementar às economias centrais européias.

Pois bem, essa forma particular de constituição econômico-social engendrará uma forma também particular de organização política. O processo de constituição do Estado nacional brasileiro só pode ser entendido se levado em conta tais particularidades. Os movimentos nacionais pela emancipação política do Brasil configuraram-se no interior e inseridos no processo específico de entificação do capitalismo em nosso país, qual seja, uma forma particular cuja característica principal é o seu caráter de extração colonial.

Para elucidarmos o anteriormente afirmado se faz necessário, antes de mais nada, uma breve descrição dos fatos.

A transferência da Corte Portuguesa em 1808 para o Brasil inaugura um novo momento na vida política do país. As contingências históricas européias – Invasões Napoleônicas – vão fazer com que a família real portuguesa passe a governar todos os seus territórios do interior de

⁶ Toda a contextualização histórica da constituição da economia colonial brasileira se faz necessária justamente para não incorrerem em equívocos analíticos já apontados por outros autores, entre eles Caio Prado. Ao criticar a teoria da revolução brasileira, Prado chega a afirmar que não há nada mais estranho à teoria de Marx, do que a idéia *evolucionista* na qual se baseava a esquerda brasileira. Essa análise – equivocada – do caso brasileiro seria o pressuposto para teorias que defendiam – e ainda defendem – a idéia de estruturas feudais no Brasil, que precisariam ser superadas por uma revolução de caráter burguês, para somente então, se iniciar uma luta proletária pelo poder. PRADO JR., 1994, p. 42-44. A tese da revolução por etapas foi defendida pelo PCB até 1992. Além de Prado, o debate sobre o “modo de produção escravista colonial” no Brasil, conta com a importante análise de Mazzeo que, a partir do diálogo intelectual com Décio Saes, Jacob Gorender e Flamarion Cardoso, analisa a particularidade histórica brasileira, demonstrando os equívocos de se inserir o Brasil num modo de produção específico – o escravista colonial. MAZZEO, op. cit., todo o capítulo II: *A formação social colonial como particularidade histórica*, p. 55-85.

uma de suas colônias. Importante notar que o fato de o Brasil ter sido transformado na sede da monarquia portuguesa não foi ocasional. Desde o século XVIII a economia brasileira havia se transformado no principal sustentáculo do Império Português, que se encontrava em plena crise, sendo esta reflexo não só das arcaicas estruturas políticas portuguesas, mas também determinada pela respectiva crise do sistema colonial e consecutiva subordinação e dependência em relação aos ingleses.

É nesse século (XVIII), entretanto, que a mineração provocará algumas mudanças no interior da colônia. Não só o centro econômico de nossa economia migra do nordeste para a região sudeste. Internamente a administração política também é deslocada, acompanhando o mesmo eixo territorial. É importante observar que, com o advento da mineração, o país passa por um pequeno, mas sensível crescimento urbano. As cidades vão nascendo e crescendo de acordo com o ritmo exigido pela nova atividade econômica. No seu interior uma “camada média”, cujo caráter urbano é flagrante, também passa a existir no país. Entretanto, quem continuará a dominar a cena político-econômica é a mesma burguesia agrário exportadora, estruturada a partir do latifúndio e do escravismo.

Voltemos aos fatos. Várias medidas de caráter econômico-político foram implantadas pelo então regente de Portugal Dom João VI, logo na sua chegada ao Brasil. No que diz respeito à administração pública era necessário criar uma estrutura político-administrativa para que se pudesse governar todo o Império a partir de uma colônia. A corte se estabelece na cidade do Rio de Janeiro; D. João criou ministérios, o Banco do Brasil, um Tribunal Superior (Casa da Suplicação), a Imprensa Régia, entre outras repartições. Vale lembrar que em 1815 o Brasil, até então uma colônia (vice reino), foi elevado à condição de Reino, através de um decreto do príncipe regente. Já na economia a principal medida foi a imediata “Abertura dos Portos do Brasil”, pois agora todo o comércio exterior de Portugal deveria ser controlado do interior de nosso território⁷.

Em 1818, com a morte de D. Maria – então rainha de Portugal que não governava por problemas de sanidade mental –, D. João VI é aclamado rei. Na Europa, Napoleão havia sido derrotado em 1815, e as idéias liberais avançavam sobre todo o continente. Nesse contexto irrompe em 1820, a Revolução Liberal e Constitucional do Porto (Portugal). Após a derrota de Napoleão, o país havia ficado sob o controle dos ingleses, que governavam o país através de uma ditadura militar (marechal Beresford). Além disso, o fim da exclusividade do comércio brasileiro, levou a burguesia mercantil portuguesa a uma grande crise econômica e conseqüente bancarrota. O movimento de 1820 conseguiu expulsar os ingleses e passou a exigir o retorno do rei a Portugal, o que ocorreu no ano seguinte.

⁷ Cabe lembrar que os grandes beneficiados com tal medida foram os ingleses, pois os tratados assinados entre os dois países, concediam vários privilégios à essa nação. Como exemplo podemos citar os Tratados de 1810, ou Acordos de Strangford, onde, entre outras coisas, ficou estabelecido que os produtos ingleses seriam taxados em 15% sobre seu valor nominal, enquanto os demais países pagariam 24%.

A partir de então o governo português passa a tomar várias medidas com o claro intuito de reconduzir o Brasil à antiga condição colonial. As províncias brasileiras foram declaradas independentes do Rio de Janeiro e passaram a ser subordinadas diretamente à coroa portuguesa; outra medida foi a invalidação das decisões dos tribunais brasileiros, anulando assim a autonomia jurídica do Reino. O passo seguinte seria levar de volta a Portugal o Príncipe regente, D. Pedro.

É nesse contexto que a burguesia agroexportadora brasileira passa a se articular com vistas à emancipação política do país. Na verdade, estes já não queriam abrir mão da riqueza produzida internamente, pois no regime de exclusividade comercial a maior parte da renda real aqui produzida refluía à metrópole. São estes interesses que determinarão a dinâmica do processo de independência política do Brasil; o que de fato ocorre é que os grandes proprietários de terras, que viviam da exportação de suas mercadorias, percebem a ameaça que o retorno ao “Exclusivo Colonial” representava as possibilidades de aumento de seus lucros (Idem, p.90).

Percebemos, portanto, que um dos aspectos que marcam a formação do Estado nacional brasileiro é justamente a inexistência de um projeto político-econômico revolucionário, que rompesse com as determinações estruturais de nossa economia colonial. Dito de outra forma, o que a burguesia agroexportadora brasileira defendia, enquanto projeto econômico, era a continuidade da forma colonial de exploração do território - o que de fato ocorreu -, forma esta pautada na mão-de-obra escrava, no latifúndio e na produção de gêneros agrícolas de grande valor comercial destinados ao mercado externo.

Com relação ao processo de emancipação política, este se dá na forma de uma transição pelo alto, lenta e segura – característica que viria a ser uma das marcas de todos os processos de transformações de nossa estrutura política -, sem qualquer participação das “classes médias” urbanas, e muito menos das camadas populares. É importante lembrar que alguns destes setores, com propostas mais radicais, chegaram a se manifestar, porém sem lograr grandes êxitos. Faltavam-lhes o arrimo social necessário à todo e qualquer movimento que se propõe transformador, por isso foram facilmente derrotados e severamente punidos. Já por parte dos grandes proprietários de terras, a habilidade se caracteriza por vislumbrarem na figura de D. Pedro o instrumento político que possibilitaria a emancipação do território brasileiro em relação a Portugal. Outro fator muito importante é que essa estratégia descartaria definitivamente qualquer interesse de cunho democrático, afastando de vez a possibilidade da participação popular e confirmando a não existência de grandes divergências entre as frações burguesas que compunham o processo, quando se trata de excluir – de maneira segura – todo e qualquer seguimento que pudesse vir a ameaçar de alguma forma sua hegemonia econômico-política.

Nesse sentido é importante salientar que os elementos político-ideológicos, bem como a estrutura econômica que constituirão os contornos e conteúdos do Estado nacional brasileiro, são próprios de formações sociais capitalistas de extração colonial. Segundo Mazzeo, “(...)

Desde a sua formação, o Estado nacional brasileiro trará em seu âmago dois aspectos que comporão sua superestrutura: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias – ou hiper-tardias – de desenvolvimento capitalista (onde insere-se Portugal); de outro, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária”(Ibidem p. 91-92). Mazzeo chama a atenção para o fato de que algumas análises, ao entenderem os latifundiários como meros manipuladores das idéias liberais, reduzem e simplificam a questão. Assim como todo o *complexo de complexos* do tecido sócio-econômico brasileiro, a forma pela qual o liberalismo se manifestou no país traz em sua gênese a particularidade da via colonial, ou seja, a “absorção colonial” do liberalismo é “(...)concretamente, engendrada pela organização produtiva agroexportadora e escravista(...)” (Ibidem, 92).

A problemática levantada por Mazzeo é de extrema relevância, pois essa revela que a particularidade histórica de Portugal será o elemento norteador da forma como o liberalismo se manifestará em suas colônias, e particularmente no Brasil.

Durante o século XVIII, enquanto a Europa passava por um processo de expansão do capitalismo industrial e do ideário liberal, Portugal ainda sustenta sua economia no então decadente modelo mercantilista. Para completar o quadro de desenvolvimento de um capitalismo tardio no caso português, este país se encontrava num enraizado processo de subordinação estrutural de sua economia em relação à Inglaterra, processo esse que se iniciaria com os *Navigation Act* de 1651 e seria reforçado com o Tratado de Methuem, em 1703.

A postura da metrópole portuguesa em relação às suas colônias é a de reforçar os mecanismos da política econômica do mercantilismo, principalmente através das sobretaxas de impostos para os produtos de exportação e importação e da proibição do livre comércio no interior da colônia, bem como, da instalação de manufaturas, posições estas reafirmadas a partir das Reformas Pombalinas⁸. Portugal produz assim, uma espécie de “mercantilismo ilustrado”, que é estendido à burguesia agroexportadora brasileira. Este seria uma adequação do pensamento revolucionário burguês ao atraso estrutural da metrópole portuguesa e, conseqüentemente, de suas colônias. Essas “idéias adequadoras” são na verdade, propostas de transformações que não rompem com o historicamente velho, pois mantêm os mesmos mecanismos de produção da riqueza. Na verdade, na maioria das vezes, tais proposituras de modernização assumem contornos conservadores e até reacionários. Isso explica, por exemplo, a manutenção da mão-de-obra escrava mesmo depois do processo de independência do país (Ibidem, p. 99).

⁸ Um bom exemplo desse enrijecimento administrativo-fiscal que a metrópole portuguesa exerceu sobre o Brasil, pode ser tomado se analisarmos a estruturação da exploração mineral brasileira durante o período colonial. Cf. PRADO JR, 1994, p. 56-65.

Verificamos, portanto, que o *complexo de complexos* que compõe a processualidade histórica, na constituição do Estado nacional brasileiro, expressa especificidades determinadas e determinantes – num verdadeiro movimento de *reflexo* – da via particular de entificação/objetivação capitalista no Brasil. Vimos que o movimento pela emancipação do país não rompe com a forma de organização produtiva, mantendo praticamente intacta a estrutura econômica agroexportadora escravista do período colonial. A classe que estará à frente de tal processo – a burguesia agrária que vive da exportação de seus produtos aos pólos centrais do capitalismo – assumirá uma formulação extremamente conservadora e, em muitas vezes reacionária. Preocupada apenas em se apropriar de uma maior parte da renda produzida internamente, essa se articulará de maneira engenhosa para garantir seus interesses, promovendo a independência política do país, sem, no entanto, sofrer qualquer tipo de ameaça popular, excluindo de seu projeto a grande massa de miseráveis, historicamente característica de nossa composição social.

O processo de acumulação e concentração de capitais necessários ao desenvolvimento industrial dar-se-á no Brasil através do campo. Ou seja, os recursos derivados da exportação agrícola foram os responsáveis pela “acumulação primitiva de capitais” que, posteriormente, foram investidos no processo industrial. Importante salientar que esse processo se deu de forma lenta a partir de meados do século XVIII, permeado por grandes variações, próprias de nossa condição de colônia subordinada a uma metrópole em franca decadência econômica. Nesse momento, presenciamos uma verdadeira retomada da produção agrícola no país – pressionada pela crise da mineração –, proporcionando uma “certa diversificação” de nossa produção, pois além da cana-de-açúcar, o algodão, o arroz e a pecuária ganharam espaço em diversos Estados brasileiros (PRADO JR., 1995, p. 31-40). Entre 1796 e 1807 a balança comercial brasileira apresentou saldos bastante favoráveis à economia do país (MAZZEO, 1989, p. 117). Também é nesse momento que o café passa a ser introduzido na região Sudeste. A futura produção de tal gênero agrícola e respectiva acumulação/concentração de capitais oriundas dessa atividade, constituir-se-iam na mola propulsora de nossa industrialização.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello, a estrutura econômica sustentada na produção cafeeira engendrará as condições básicas e necessárias ao nascimento do capital industrial e da grande indústria. Isso só foi possível devido ao fato de essa estrutura já se basear em relações capitalistas de produção, tais como: o trabalho assalariado estruturado nas fazendas de café – a partir da introdução da mão-de-obra imigrante; promover o desenvolvimento de um mercado interno de proporções consideráveis; e gerar uma “acumulação primitiva” de capitais, concentrada nas mãos de uma determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial.

Poderíamos nos alongar aqui com uma minuciosa descrição do processo de conversão dos capitais acumulados com a produção cafeeira em capitais industriais. No entanto, entendemos que o exposto acima já é o suficiente para apontarmos algumas questões.

Como dissemos, os capitais provenientes da atividade agrícola mercantil se constituirão no elemento-chave do inicial processo de industrialização no Brasil. Porém, um fator nos parece preponderante para entendermos a gênese de nossa indústria, bem como da fração de classe que dela se origina. Esse diz respeito ao fato de, no Brasil, não haver distinções sócio-econômicas entre burguesia e grandes proprietários de terras. Pelo contrário, em muitas das vezes são, inclusive, as mesmas pessoas. Ou seja, se constituem como indivíduos sociais pertencentes a uma mesma classe econômica, fracionada em setores produtivos específicos: a burguesia.

Esse fato, além de reafirmar o caráter capitalista – em sua fase de acumulação originária – de nossa produção colonial, aponta para outras características que a burguesia industrial que se formou no Brasil vai herdar de (e no) seu processo de constituição, qual seja, sua condição de subordinação estrutural às economias centrais do capitalismo mundial, decorrência de sua incompletude e incapacidade históricas – caráter *anômalo* – de se constituir como classe essencialmente revolucionária, impulsionadora de processos de transformações sociais.

Nesse sentido, dois aspectos assumem contornos de extrema relevância. O primeiro – já discutido anteriormente – é a forma como o ideário liberal será absorvido e colocado em prática no Brasil. O segundo diz respeito à forma como nossa economia, à medida que passa por um progressivo processo de industrialização, se insere no contexto do capitalismo mundial.

Portanto, a base real/material da formação social brasileira se caracteriza pela sua incompatibilidade com o ideário liberal, bem como com os processos revolucionários que este engendra – como os ocorridos nas formas “clássicas” (Idem, p. 123-127. PRADO JR., 2000, p. 277-306).

O segundo aspecto a ser tratado diz respeito às transformações pelas quais a economia brasileira passará durante todo o século XIX e início do século XX.

Como já afirmamos, a economia brasileira colonial é estruturada a partir do século XVI como um apêndice dos grandes centros produtores do período. Sua “função” era fornecer gêneros agrícolas e produtos tropicais à Europa para que fossem manufaturados e comercializados mundialmente. Observadas as devidas particularidades históricas, esse aspecto não muda durante todo o período colonial, diversificando-se apenas no que diz respeito à mercadoria a ser fornecida. Reafirmamos assim o caráter eminentemente exportador de nossa economia, pois este setor se caracterizou como o sustentáculo da produção da riqueza social brasileira.

A partir do século XIX essa estrutura passa por algumas alterações. Gradativamente, o complexo econômico brasileiro começa a se diversificar; a economia passa por alterações internas com a abolição da escravatura e com a migração de grandes contingentes de mão de

obra oriundas da Europa; conseqüentemente as demandas internas no que se refere ao consumo também aumentarão. Além disso, nossa economia será atingida diretamente pela grande crise do sistema capitalista mundial, na última metade do mesmo século. Não podemos nos esquecer que a economia brasileira era (como ainda o é) extremamente vulnerável as oscilações do mercado internacional, posto que nossa base econômica se assentava no setor agrário-exportador. A crise mencionada acima se manifestará no Brasil através de um grande desequilíbrio de nossas contas públicas, de uma constante instabilidade cambial e a conseqüente depreciação da moeda brasileira. A diversificação da produção interna se faz mister, e a industrialização se apresenta como uma necessidade primordial. Porém, as medidas tomadas pelo governo visavam restabelecer a produtividade da atividade cafeeira, em detrimento do setor industrial – ainda em fase embrionária. O projeto de industrialização, portanto, não era uma prioridade da fração burguesa dominante no país, e mais uma vez seria adiado, sendo que poucas foram as fábricas que conseguiram se estruturar.

No entanto, é preciso chamar a atenção para o contexto histórico que essa incipiente diversificação produtiva está inserida. O desenvolvimento do capitalismo mundial explicita de maneira vertiginosa o caráter essencialmente monopolista dessa forma de organização sociometabólica. A forma *Imperialista* de desenvolvimento do Capital é imposta ao mundo como a solução para a crise, sendo que, mais uma vez, o Brasil não passará incólume aos efeitos de tal processualidade. Ao contrário, a diversificação produtiva – e conseqüente industrialização – da economia de nosso país, seguirá o ritmo ditado, novamente, pelos interesses do capital transnacional, transfigurado agora em grandes trustes e cartéis.

Nessa etapa de internacionalização do capital, os pólos industrializados passaram a “exportar” suas fábricas para os antigos núcleos coloniais, de economia predominantemente agrária. Os novos contornos que a Divisão Internacional do Trabalho adquire serão marcados pela expansão das empresas transnacionais em direção a América Latina, África e Ásia, onde desfrutarão de grandes benefícios, tais como baixo valor da matéria-prima, facilidades concedidas pelos governos nacionais para que as empresas instalem suas plantas fabris, potenciais mercados consumidores a serem explorados e, o fator preponderante, o baixo preço da mão-de-obra. Todos esses fatores conjugados foram decisivos para a extração de mais-valia e, conseqüentemente, para um aumento considerável na taxa de lucros médios das empresas, o que possibilitou um novo ciclo – curto é verdade – de crescimento da economia capitalista mundial.

O que podemos observar com relação ao Brasil é que os antigos fornecedores não perderam seus clientes, pois passam a produzir internamente, com grandes vantagens – diga-se de passagem –, o que antes exportavam para o país. Além disso, o agente dinamizador do processo de industrialização no país foi o Estado, ou seja, toda a substituição de importações que passamos a observar será iniciada a partir de medidas político-econômicas (reajustes

cambial e fiscal) que possibilitaram a entrada no país dos bens de capital necessários para o início do processo industrial, além de a própria União passar a investir diretamente no setor. Esta se constitui em mais uma característica da nossa forma particular de inserção na fase industrial do capitalismo, fato que reforça o caráter incompleto e débil da burguesia brasileira.

Contraditoriamente, o que deveria ser o pressuposto e condição fundamental para o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, rompendo com o antigo sistema de produção colonial, se constitui como um elemento de reafirmação e renovação do mesmo, assentado agora sobre novas bases históricas. O sentido original de nossa economia não é rompido. Pelo contrário, os novos elementos da dinâmica econômica interna – principalmente a industrialização – estarão inseridos numa processualidade histórica que produzirá um novo tipo de contradição, porém, o caráter de subordinação da economia brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo mundial permanecerá praticamente intacto.

O que muda é a forma como essa subordinação se consubstancia historicamente, bem como as novas contradições engendradas por esse processo. Os interesses imperialistas serão o norteador do nosso desenvolvimento industrial. As normas, o ritmo e os limites desse desenvolvimento serão estabelecidos pelos trustes e cartéis internamente instalados no país. Mas como isso se dá?

A resposta a esta questão está na capacidade que a economia brasileira possui de remuneração do capital transnacional aqui instalado. Somente através dos saldos oriundos de nossa balança comercial é que podemos liquidar os lucros auferidos pelos investimentos imperialistas no país. Portanto, temos a reafirmação do caráter exportador de nossa economia como elemento essencial e determinante da dinâmica do desenvolvimento interno. É bem verdade que esse setor – de exportação – vai gradativamente se diversificando; no entanto a exportação de produtos primários continua a ser o principal elemento na constituição de nossa balança comercial. A esse respeito, Caio Prado nos oferece a seguinte contribuição:

De fato, o lucro auferido pelos empreendimentos imperialistas no Brasil somente se podem liquidar (e somente então constituirão para eles verdadeiros lucros) com os saldos de nosso comércio exterior, uma vez que é da exportação que provêm nossos recursos normais em moeda internacional. Descontada a parte desses recursos que se destina a pagar as importações, é do saldo restante, e somente dele que poderá sair o lucro dos empreendimentos aqui instalados pelos trustes. Na base do previsível para esse saldo, portanto, fixarão os trustes o limite de suas atividades; e portanto, em consequência, o do desenvolvimento brasileiro que no sistema vigente é por eles enquadrado. Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com nosso sistema colonial, fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência⁹.

⁹ PRADO JR., 1966, p.136. Guardadas as devidas características dos diferentes períodos históricos, este nos parece ser, ainda nos dias atuais, um dos elementos essenciais de nossa estruturação econômica. Haja vista todo o esforço do governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente no segundo mandato (1998-2002) de alavancar as exportações brasileiras. Para tanto este governo lançou mão de incentivos e

Sendo assim, os empreendimentos imperialistas trazem consigo “um novo e poderoso fator de desequilíbrio”, pois a tendência que se apresenta é a de as transações financeiras com o mercado externo se saudarem com *déficit*. É através dos recursos provenientes de um “esforço exportador” que os governos tentam dar cobertura cambial às remessas de capitais cada vez maiores que os empreendimentos imperialistas enviam ao exterior. Quando esse necessário *superávit* não se confirma, abrem-se períodos de crise econômica e os governos novamente recorrem aos empréstimos junto às instituições financeiras internacionais¹⁰.

Conclusivamente, podemos perceber os elementos que impossibilitam o desenvolvimento de uma política econômica autônoma para o país. Toda processualidade histórica do sistema colonial, qual seja a estrutura agrário-exportadora, bem como as contradições que a movem, se configuram como o elemento de gênese no desequilíbrio de nossas finanças externas, gerando como conseqüências vários momentos de instabilidade financeira, bem como o processo inflacionário que os acompanha, abrindo longos e devastadores processos de crise interna.

O aspecto periférico e subordinado da economia brasileira se mantém mesmo com o “progresso” e as transformações introduzidas com o advento da indústria, pois “(...) a diversificação da produção para o atendimento das necessidades próprias do país e de sua população, e a libertação com isso do exclusivismo de atividades econômicas voltadas para exportação, se realizam paradoxalmente por um processo em que a função exportadora conserva de fato sua primazia, e retém assim a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial (...)”, some-se a isso o fato de “(...) a liderança naquelas transformações que deveriam significar a libertação da economia brasileira de suas contingências coloniais, se vem concentrando cada vez mais (...) nas mãos de empreendimentos imperialistas e suas iniciativas (...)” (PRADO JR., 1966, p. 141).

São mantidos, portanto, os elementos essenciais do processo histórico colonial. Aquilo que Caio Prado denominou como *Sentido da Colonização* permanece intacto, reafirmando o caráter *prussiano-colonial* da objetivação do capitalismo no Brasil.

isenções fiscais para o setor. Os resultados de tal esforço puderam ser auferidos somente no atual governo Lula que, dando continuidade de forma “exemplar” às propostas do antigo presidente, pôde contabilizar durante o ano de 2004 a soma de, aproximadamente, 95 bilhões de dólares em exportações. Para maiores detalhes do processo de expansão das exportações em 2004 cf.: *Agronegócio & Exportação*. In: Revista Veja, Edição Especial nº 36, outubro de 2004.

¹⁰ Aliás, atualmente os empréstimos angariados junto às instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, só são liberados mediante a garantia que o governo ofereça de cumprir vários pacotes de “ajustes”. Para tanto, um conjunto de reformas passam a ser implementadas. Só assim podemos entender a “necessidade” de o governo – no caso brasileiro – elaborar as reformas fiscal e tributária, da previdência, bem como o “enxugamento” e a “diminuição” do tamanho do Estado, tendo como elemento primordial desse processo a privatização das empresas estatais. As conseqüências de tais medidas são sentidas principalmente pela classe trabalhadora, que padece, a cada dia que passa, diante do desemprego, do arrocho salarial e da “carestia”, elementos estes agravados em nossos dias.

II. Uma social-democracia anômala

O debate a respeito da gênese e formação da Burguesia em nosso país está diretamente vinculado – como não poderia deixar de ser – à questão da Revolução Burguesa no Brasil. Muito já se discutiu e se escreveu a esse respeito. Conclusões importantes sobre o caráter da burguesia internamente instalada vieram à baila. No entanto, os acontecimentos econômicos e sociais – internos e externos – das duas últimas décadas produziram novos desdobramentos, instigando questões que pareciam estar respondidas.

Uma dessas questões pode ser assim resumida: como explicar o apoio incondicional da burguesia internamente estabelecida, ao projeto de *modernização* iniciado por Collor, em 1990, levado à cabo por Fernando Henrique durante dois mandatos, entre 1994 e 2002, e perpetuado, em grande medida, por Lula a partir de 2002? Essa pergunta nos parece pertinente, pois tal projeto se arrima na abertura incondicional do mercado brasileiro à concorrência externa, além de transferir grande parte do patrimônio nacional à iniciativa privada através das privatizações. Quais seriam os benefícios alcançados por essa burguesia? Seus interesses de classe não foram prejudicados nesse processo?

Nos parece que a composição orgânica da burguesia brasileira é bastante singular. E é a partir da compreensão de tal composição que buscaremos dar respostas a algumas dessas questões.

Durante a década de 1990, a economia brasileira passou por um processo de reestruturação. Este possui características distintas de processos anteriores, posto que se arrima nas privatizações das indústrias de base e do setor financeiro estatais, na abertura total e irrestrita do mercado brasileiro aos capitais transnacionais, na desregulamentação da economia – bem como da relação entre Capital e Trabalho (Alves, 2000) – e na redefinição do papel do Estado brasileiro.

Desde meados da década de 1960, este papel passa a sofrer abalos e alterações fundamentais decorrentes das mudanças estruturais competitivas do capital transnacional, promovendo uma nova composição orgânica das classes dominantes brasileiras.

A configuração econômica do capitalismo internacional apresentou algumas mudanças e transformações de significativa importância no passado recente. O modelo iniciado no pós-guerra começa a demonstrar seus limites já na década de 70, tendo como momento de maior expressão a crise generalizada da economia mundial, que foi denominada *Crise do Petróleo*. Não se tratou de crise em um setor específico (petróleo), mas sim, do esgotamento de um padrão de acumulação capitalista, que se sustentava a partir da intervenção direta do Estado em todos os setores das economias nacionais, o chamado *Welfare State* e/ou Estado de bem-estar social (Mandel, 1990).

A partir de então, as economias centrais vão resgatar antigos pressupostos liberais como forma alternativa à crise. Segundo Reinaldo Gonçalves (1994), “A revitalização das idéias e políticas liberais é um marco importante, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, com as vitórias dos governos conservadores de Reagan (1981) e Thatcher (1979), que ficam no poder por toda a década”.

Nesse sentido, medidas como reforma fiscal, desregulamentação da economia, privatizações de estatais e redução de gastos públicos, serão implementadas como forma inevitável de saneamento da crise. Durante a década de 80 “(...) nota-se uma influência crescente das idéias e políticas neoliberais nos países em desenvolvimento. O liberalismo surge, então, como o *deus ex-machina* que apresentava as soluções de saída para a crise econômica, política e social que a maioria destes países enfrentava desde meados dos anos 70” (Gonçalves, 1994). Instala-se um debate generalizado, do qual o Brasil não escapará. Internamente o debate será intermediado pela “síndrome da dualidade”, que em outras palavras pode ser traduzida em abrir ou não, irrestitivamente, a economia brasileira à concorrência internacional.

A discussão se estende por toda a década de 80, quando a economia brasileira experimentou um receituário com resultados sociais nada agradáveis. Os ingredientes dessa receita combinavam inflação alta, recessão econômica, arrocho salarial, contenção do crédito e todas as mazelas daí decorrentes, o que valeu ao período o título de *a Década Perdida*.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, o Brasil entraria na assim chamada *Era da Modernidade*. Em seus discursos de campanha, Collor atribuía ao gigantismo estatal brasileiro, os principais fatores causadores da crise. Amplamente apoiado pela mídia, defendia que o *grande elefante branco estatal* e todos os *marajás* que dele se aproveitavam deveriam ser expurgados da nação.

Ao assumir o governo, Collor inicia as propugnadas reformas modernizantes: privatizações, demissões de funcionários públicos e dois atabalhoados planos econômicos que iniciam o processo de abertura da economia brasileira ao mercado mundial, marcaram seu curto mandato. Com o *impeachment* do presidente, assume o vice, Itamar Franco, que tinha como principal desafio restabelecer a credibilidade nas instituições governamentais, além de preparar o quadro sucessório de 1994. Itamar Franco tinha um papel importante a desenvolver: atenuar os conflitos herdados da “República das Alagoas”, verificar seus impactos e desdobramentos, e acima de tudo, preparar o terreno para a próxima sucessão.

No decorrer do mandato de Itamar, setores da burguesia brasileira não pouparam críticas ao novo presidente, classificando-o de “fraco”, “populista” e pouco afeito às reformas iniciadas por Collor. O novo governo compõe-se com representantes dos mais variados setores sociais. Procura aproximar-se dos sindicatos – principalmente da CUT – ao negociar saídas para greves (petroleiros-1994), reduz as taxas de juros com vistas a aumentar a produtividade interna e convida políticos de partidos de esquerda para compor seu governo (Luiza Erundina do

Partido dos Trabalhadores, por exemplo). Junte-se a isso, a implementação do Plano Real que, tendo à frente Fernando Henrique Cardoso, alcança relativa estabilização financeira para o país.

O resultado desse processo de “transição” é a eleição, em 1994, do candidato governista, Fernando Henrique Cardoso. Acalmados os ânimos, o Brasil estava pronto para retomar o projeto iniciado por Collor, que não havia sido descartado, mas apenas sofrera uma breve interrupção. Tal projeto fazia parte da estratégia de reposição das forças conservadoras – composta pela burguesia internamente instalada, representada nas esferas político-institucionais por partidos como o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), entre outros de menor notoriedade política – que, por um rápido espaço de tempo, tropeçara nas suas próprias articulações políticas, e precisavam ser retomadas.

O Brasil inserir-se-ia nos novos padrões de concorrência e acumulação mundialmente estabelecidos. O debate que ocorria no país a respeito dessa inserção, resumia-se na discussão acerca da abertura comercial e financeira indiscriminada, tudo em nome de “não perder o bonde da história”. Sendo assim, as medidas tomadas eram necessárias, pois seriam os pressupostos da *modernidade*, sendo que toda e qualquer proposta que levasse em consideração a perspectiva da produção ou do nível de emprego interno seria considerada como coisa do passado, postura essa – segundo o governo – reacionária e corporativista. A esse respeito, novamente argumenta Mattoso (Apud, 1999): “Por um lado, acreditavam que, para serem absolutamente modernos, bastava integrar o país rapidamente a esta economia internacional. Para tanto, consolidaram a abertura comercial e financeira indiscriminada iniciada por Collor e dispensaram a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais. Como absolutamente modernos, caracterizam quaisquer políticas de defesa da produção e do emprego nacionais como corporativas ou inflacionistas”. Na mesma direção argumentativa encontramos Paulo Nogueira Batista (Apud, 1994) que tece as seguintes considerações: “Em favor da abertura a importações de mercadorias invoca-se a ineficiência do protecionismo como alocador de recursos, como obstáculo aos interesses do consumidor nacional e como fator comprometedor das chances de uma inserção competitiva na economia mundial, vista como única forma de promover o desenvolvimento”.

O governo brasileiro passaria a municiar a abertura econômica iniciada por Collor sem criar mecanismos protetores da economia interna. Durante toda a história do desenvolvimento industrial moderno do Brasil, ocorreram definições de políticas governamentais para o atendimento aos interesses da burguesia brasileira. Assim foi desde o primeiro governo Vargas com a criação das pioneiras indústrias de base, sendo mantidas posteriormente pelo desenvolvimentismo de JK – ainda que este tenha privilegiando a entrada de empresas transnacionais. Após 64, esta definição deu-se através da construção de mecanismos institucionais que viabilizaram a super-exploração da força de trabalho pelos capitais privados –

internos, externos e estatais -, graças a criação e fortalecimento, no caso destas últimas, da ditadura militar.

Na verdade, o projeto iniciado por Collor e efetivado por FHC, não teve como prioridade o desenvolvimento de políticas que favorecessem a produção interna ou qualquer outro aspecto social que dela pudesse decorrer. Pelo contrário, tanto Fernando Henrique, como a aliança política que o sustentava formavam a composição político-institucional melhor acabada que os membros da burguesia interna encontrara para “enquadrar” o Brasil nos novos padrões de acumulação capitalista. José Luís Fiori (1997) nos fornece a seguinte constatação: “O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta(va) ser feito das reformas preconizadas do Banco Mundial”.

Vale ainda ressaltar que esta postura político-econômica encarnada pela aliança política vitoriosa em 1994 reafirmava a tendência proposta e inaugurada pelo Consenso de Washington, onde as economias latino-americanas, para conseguirem uma inserção completa nos novos padrões de acumulação mundiais, deveriam abrir suas economias à concorrência do capital internacional, sendo que os governos nacionais deveriam eliminar toda e qualquer barreira protecionista de seus respectivos mercados. Como bem mostra, também, Nogueira Batista (Apud, 1994) ao relatar que:

O Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora esta constituísse todo o tempo o competentíssimo trabalho de convencimento. Certamente, uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava, sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para ‘abrir os portos de países amigos’. Por serem menos ostensivas, as pressões atuais são mais difíceis de combater.

Para os setores nacionalistas mais desinformados de nossa sociedade, essa postura pode soar como um descalabro. No entanto, em toda a história do nosso “jovem país”, as demandas capitalistas internacionais ditam as regras e dão o tom da sinfonia a ser regida na economia nacional, guardados os devidos contextos históricos e as particularidades de cada período.

Assim foi no modelo agro-exportador – inaugurado no período colonial – estendendo-se até a década de 30 do século XX; continua sendo assim no período do pós Segunda Guerra, quando as transnacionais vão encontrar solo fértil para aqui se instalarem e ampliar suas taxas de lucros.

Verificamos em toda história brasileira um caráter de subordinação de nossa economia aos pólos centrais do capitalismo mundial, em que os membros representativos de nossa burguesia assim também se posicionaram.

Ao analisarmos o discurso dos governos brasileiros na década de 90, podemos constatar claros indícios da subordinação acima referida. Isso fica claro quando observamos a incondicional aceitação das proposituras defendidas no Consenso de Washington. Proposituras estas que tinham como prioridade, entre outras questões, a reestruturação da economia brasileira e a redefinição do papel regulador do Estado Nacional.

No que diz respeito às privatizações, estas começam a ser levadas a cabo na gestão Collor. Critérios confusos, valores questionáveis e processos nada transparentes marcam esse primeiro momento. O processo de venda das estatais teria uma breve interrupção durante o governo Itamar. Após a posse de FHC, esse processo seria retomado com toda força, pois, como assinala Reinaldo Gonçalves (1999), “(...) em um período de três anos (1996-1998) o Brasil experimentou a intromissão do capital estrangeiro no aparelho produtivo nacional como nunca antes em toda a sua história”. Sobre o assunto das privatizações, Aloysio Biondi (1999) argumenta que o governo brasileiro privilegiou as empresas estrangeiras, em claro detrimento dos interesses nacionais¹¹.

Nos parece, portanto, que a política econômica do governo brasileiro a partir de 1995 se orientava no sentido de reorganizar o Estado, com vistas à sua inserção nos novos padrões de acumulação do capitalismo mundial. No entanto, os efeitos econômicos e sociais dessa reestruturação sempre estiveram aquém das reais expectativas por ela suscitadas. O país experimentou oito anos de estagnação econômica, que se traduziram em índices sociais desoladores, dentre os quais, taxas sempre crescentes de desemprego, e todas as conseqüências negativas para o conjunto dos trabalhadores.

A candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, surge no cenário político como uma alternativa ao projeto desencadeado por FHC. Após ser derrotado três vezes consecutivas na disputa pelo Palácio do Planalto, o candidato do Partido dos Trabalhadores adotara um discurso moderado, compondo uma aliança e um programa político de centro, representados na figura de seu vice, José Alencar, do Partido Liberal. A nova roupagem política, traduzida no *slogan* “Lulinha Paz e Amor”, lhe rendeu uma expressiva votação, levando pela primeira vez ao comando do país um candidato de origem humilde, projetado politicamente através da classe operária.

Ao assumir, já no discurso de posse, Lula aponta para um programa de combate à fome – *Fome Zero* – que seria um dos carros-chefes do novo governo. Tal programa de transferência

¹¹ Diz ele que: “Numa sexta-feira, cinco dias antes do leilão de ‘privatização’ da Cemig, (...) o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto revolucionário. Por ele, o BNDES ficou ‘autorizado’ a – leia-se ‘recebeu ordens para’ – conceder empréstimos também a grupos estrangeiros”. Como sabemos, o BNDES foi criado para dar apoio ao desenvolvimento nacional. Concentrando-se inicialmente ao financiamento de projetos de infra-estrutura e, posteriormente, como instrumento de política industrial, recebeu a incumbência de criar condições de competição para grupos nacionais. Porém, esse decreto presidencial “(...) escancarou os cofres do BNDES às multinacionais, para que comprassem estatais (...). A submissão do governo brasileiro aos interesses de outros países culminou com esse ‘arrombamento’ do BNDES pelas multinacionais”.

de renda seria uma das novas medidas implementadas pelo governo brasileiro, como forma de combate à pobreza. No que diz respeito às reformas estruturais do Estado, estas foram deixadas de lado num primeiro momento, principalmente no tocante as privatizações, confirmando uma tendência já do fim do segundo mandato de FHC. Mas o que de fato marcou o mandato do novo presidente foram as denúncias de corrupção – popularmente denominadas *Esquema do Mensalão* – envolvendo membros do alto escalão do governo, entre outros, José Dirceu, e o então presidente do PT, José Genoíno.

No entanto, as diretrizes da política econômica seguiram a mesma agenda do governo anterior. A estabilidade econômica deveria ser mantida a qualquer preço e, para tanto, a política de juros altos, a sobrevalorização cambial e a política fiscal permaneceram intactas. Junte-se a isso, a plena autonomia do Banco Central – agora comandado por Henrique Meireles, alto executivo do setor financeiro internacional – na condução das diretrizes da economia brasileira.

A questão basilar de nossa pesquisa pode ser assim resumida: como explicar o apoio da burguesia brasileira ao projeto de *modernização* levado à cabo por Fernando Henrique durante dois mandatos, entre 1995 e 2002, e perpetuado, em grande medida, por Lula entre 2003 e 2006? Essa pergunta nos parece pertinente, pois tal projeto se arrima na abertura incondicional do mercado brasileiro à concorrência externa, além de transferir grande parte do patrimônio nacional à iniciativa privada através das privatizações. Quais seriam os benefícios alcançados por essa burguesia? Seus interesses de classe não teriam sido prejudicados nesse processo?

III. Primeiras aproximações.

No início de seu primeiro mandato, ao ser questionado sobre as possíveis diferenças existentes entre a atuação do “político” e a do “sociólogo”, Fernando Henrique Cardoso teria respondido aos jornalistas: “esqueçam tudo o que escrevi”. Mesmo tendo negado posteriormente tal afirmação – o então presidente narrou o fato como invenção dos jornalistas –, o episódio, polêmico por si só, suscita no mínimo algumas indagações: é possível verificar algum tipo de continuidade e/ou congruências entre as proposições do Cientista Social e as do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso? Todo o esforço intelectual de compreensão do desenvolvimento societário brasileiro e latino-americano, empreendido pelo pesquisador, serviu como arrimo teórico ao projeto político-econômico implementado pela aliança conservadora consubstanciada na figura de Cardoso? Ou ainda, de outro modo, é possível afirmar que um dos maiores nomes da sociologia brasileira – tal como preferem alguns, *O príncipe* –, simplesmente deixou de lado todos seus escritos e reflexões ao assumir o Palácio do Planalto? A análise imanente da teoria produzida pelo autor, principalmente no que diz

respeito à relação entre os conceitos de dependência e desenvolvimento¹², não nos deixa dúvida: a obra teórica da maturidade intelectual de Fernando Henrique alcançou uma vigorosa atualidade, a partir da *consolidação do projeto social-democrata* no Brasil.

Denominamos *Consolidação da social-democracia brasileira*, o processo histórico que se estende entre os dois mandatos de Fernando Henrique (1995-1998/1999-2002) e o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Esse período marca o fim de um processo de transição de longa duração pactuada (*longue durée*) que se inicia com a abertura “lenta, gradual e segura” durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). É nesse período de *consolidação* que as teses do sociólogo FHC serão recolocadas e rearticuladas, num novo momento de internacionalização e mundialização do capital, alcançando conteúdo e concretude como projeto econômico-político.

Ao incluirmos o primeiro mandato de Luiz Inácio nesse contexto, entendemos que o caráter estrutural que dá *sentido* ao seu governo apresenta um claro e intencional – apesar de, na maioria das vezes, não assumido – viés de continuidade em relação ao projeto colocado em curso pelos dois mandatos de FHC. Em que pese algumas diferenças pontuais e outras de ordem histórica – principalmente no que diz respeito à formação dos dois principais partidos de orientação social-democrata no Brasil, a saber, PT e PSDB –, ao analisarmos o complexo societário brasileiro no período em questão, verificamos que as semelhanças são muito mais visíveis, importantes e decisivas do que as discrepâncias. Em suma, o governo de Luiz Inácio não promoveu nenhum tipo de reforma que pudesse apontar para alguma forma de mudança; a organização política, em todos os níveis e poderes, reproduz de forma cada vez mais sofisticada e inovadora as mazelas próprias da autocracia burguesa em sua forma legalizada, materializadas nos mais diversos escândalos de corrupção, clientelismo e favorecimentos, que inundam diariamente os noticiários; em termos econômicos, a continuidade, o aprofundamento e o aperfeiçoamento do modelo iniciado na gestão anterior, reafirmam e renovam o caráter histórico de dependência e subordinação do país em relação aos pólos centrais do capitalismo, bem como da burguesia internamente instalada, sócio-subordinada ao capital transnacional; socialmente, a barbárie caminha à passos largos, levando a burguesia em suas mais diversas frações ao pânico (hipócrita) generalizado, e ao radical esgarçamento dos mais elementares laços de solidariedade presentes nas formações sociais, empurrando milhões de seres humanos à inanição de uma vida miserável material e espiritualmente, principalmente os trabalhadores.

Partimos da tese que há uma clara continuidade entre os dois projetos (FHC e Lula), e a compreensão dos nexos constituintes do metabolismo social brasileiro, nos doze anos em questão, nos permiti apontar o caráter particular da social-democracia brasileira, qual seja, uma

¹² CARDOSO, Fernando H. & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1970.

expressão econômico-política do liberalismo em um país que se inscreve no processo universal de objetivação do capital a partir de uma via prussiano-colonial.

O primeiro mandato de Fernando Henrique (1995-1998) teve como elemento central a consolidação do Plano Real, a reforma do Estado – principalmente, as privatizações – e a reestruturação (abertura) econômica do país. Quando nos referimos aos dois últimos aspectos, não podemos nos esquecer que, como consequência necessária desse processo, todos os setores organizados da classe trabalhadora deveriam ser combatidos e subjugados, sob pena de fracasso do plano de estabilização.

Já o segundo mandato de Cardoso (1999-2002) se caracterizou como um momento de continuidade e aperfeiçoamento do projeto então em curso. Várias crises internacionais¹³ (México, 1994, Ásia, 1997 e Rússia, 1998) exigiram medidas de readequação do modelo. Ao final desse processo, a configuração da hegemonia burguesa no Brasil possuía novos contornos. O capital em sua fração financeira – nacional e internacional – dita as ordens da economia-política brasileira; as outras frações burguesas (industrial, comercial e agrária) estão presentes na aliança política que sustenta FHC, porém, não com a mesma força de outros períodos. A reestruturação e “modernização-conservadora” do parque industrial brasileiro promoveram o desmantelamento do movimento operário, setor mais combativo, até então, entre os trabalhadores, abrindo caminho para as Reformas Constitucionais – previdência, trabalhista – que preconizavam a precarização cada vez mais acentuada das condições de trabalho no país. As categorias ligadas ao funcionalismo público – principalmente os petroleiros – passam a se constituir como o pólo mais organizado do movimento sindical. Porém, estas haviam sofrido derrotas já no primeiro mandato de Fernando Henrique; tais processos imprimiram e reafirmaram o caráter conciliador ao qual vinha se submetendo o movimento sindical, tanto do setor público como do setor privado.

Durante o governo de Luiz Inácio a economia mundial começa a se recuperar das crises anteriores e os efeitos dessa retomada se farão sentir internamente. Aprofundando uma tendência iniciada no segundo mandato de Fernando Henrique, a equipe econômica de Lula da Silva criou condições para que o país exportasse cada vez mais, reafirmando assim o papel nuclear desse setor no conjunto da economia. Tal papel, historicamente observado, levou a um grau de dependência – e conseqüente subordinação – ainda mais elevado. De qualquer forma, com a intensificação das transações no comércio mundial, a economia brasileira começa a apresentar os primeiros sinais de recuperação, mesmo que como consequência de um cenário externo favorável. No plano interno, o principal feito do governo Lula, em termos sociais, foi a unificação dos programas de transferência de renda, criando assim o Fome Zero. Tal programa, de caráter claramente assistencialista, estendeu a concessão de bolsas e cestas-básicas a milhares

¹³ Na verdade, estas constituem momentos de um mesmo ciclo de explicitação da crise estrutural que o capital passa a enfrentar a partir de meados dos anos 1970.

de famílias brasileiras, e se apresenta como a melhor proposta que o ideário liberal brasileiro conseguiu formular para o combate a miséria no Brasil. Além disso, a eleição de um ex-metalúrgico, migrante nordestino, identificado com as camadas paupérrimas da estrutura social brasileira, promoverá um arrefecimento das “lutas sociais” no país. Nesse sentido, o governo de Luiz Inácio demonstrou mais eficiência do que os dois períodos de FHC, pois, ao levar para o Palácio do Planalto os setores mais organizados e combativos da esquerda brasileira, abortou qualquer possibilidade de um projeto alternativo de caráter progressista, nacional-popular, quiçá emancipador.

É esse portanto, o caráter da social-democracia brasileira: uma forma societária pautada no liberalismo de corte ortodoxo, pois inserido nos atuais fluxos de internacionalização do capital – cujo pólo propulsor é a fração financeira da burguesia mundial –, com uma estrutura institucional com limitado grau de emancipação política, onde a classe trabalhadora assiste as constantes reformas jurídicas que atacam, progressivamente, seus direitos sociais historicamente conquistados – bem como toda a legislação social, então existente –, e que estabelece como padrão de “Estado de bem-estar social” programas assistencialistas cuja estruturação e orientação são de responsabilidade dos agentes mundiais do capital, tais como o Banco Mundial. Esta forma “anômala” de social-democracia é própria de nossa formação histórico-social, pois resulta, em última instância do processo – “anômalo” – da Revolução Burguesa no Brasil. A superação de tal “estado de coisas” não pode ser alcançado dentro dos marcos do capitalismo. Aliás, tal modo de produção já demonstra seu esgotamento, enquanto forma de reprodução sociometabólica, o que nos abre no limiar do século XXI não só a possibilidade, mas também a necessidade imperiosa de uma revolução de caráter socialista.

Referências

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.
- ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”, in: SADER, E. & GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CARDOSO, Fernando H. & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1970.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

- DEO, A. *A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e as inflexões do capital na década de 1990*. 2005, 197 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista/Marília, São Paulo, 2005.
- ELEY, G. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Ó Abre-Alas – A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra: 1995.
- LESBAUPIN, Ivo. *O Desmonte da Nação – Balanço do governo FHC*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *O capital*. Livro Primeiro. Cap. VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- _____. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução*. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. *Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política”*. In: *Marx/Engels – Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Unesp-Marília-Publicações/Boitempo, 1999.
- _____. *Estado e burguesia no Brasil – origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- _____. *Notas sobre o “modo de produção escravista colonial”*. In: *Nova escrita ensaio*. Ano IV, nº 8. São Paulo: Editora e Livraria Escrita Ltda, 1980.
- MELLO, João M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: UNICAMP/Boitempo, 2002.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.
- RODRIGUES, M. A. B. “Particularidade e objetivação do capitalismo”. In: *Nova escrita ensaio*. Ano IV, nº 8. São Paulo: Editora e Livraria Escrita Ltda, 1980.

SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Introdução à revolução brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1963.

_____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1964.